

BALANÇO PATRIMONIAL - 2021

UPA Campos Sales

CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H - CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)							
Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Déficit/Superávit dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		3.165.188	2.417.989	Circulante		6.880.780	3.265.513
Caixa e equivalentes				Fornecedores	8	3.220.570	2.163.963
de caixa	4	564.298	226.768	Obrigações trabalhistas	9	1.063.073	843.676
Contas a receber	5	1.916.008	1.591.349	Obrigações sociais	10	162.514	119.892
Estoques	6	568.537	499.622	Obrigações fiscais		92.202	116.122
Adiantamento funcionários		47.251	39.466	Outras contas a pagar	12	2.323.421	11.860
Outros créditos		69.094	60.784	Partes relacionadas	11	19.000	10.000
Não Circulante		4.122.878	6.287.378	Patrimônio Líquido	14	407.286	5.439.854
Partes relacionadas	11	4.021.641	6.173.802	Patrimônio Social		4.334.050	3.059.681
Imobilizado	7	101.237	113.576	(Déficit) / Superávit Acumulado		(3.926.764)	2.380.173
Total do Ativo		7.288.066	8.705.367	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		7.288.066	8.705.367
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social do Exercício Ffindos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)				Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto do Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)			
		Patrimônio Social	Superávit/Déficit acumulado	Total			
Em 31 de dezembro de 2019		-	-	3.059.834	3.059.834		
Incorporação ao Patrimônio Social		3.059.834	(3.059.834)				
Ajustes patrimoniais		(153)	-				
Superávit do exercício		-	2.380.173	2.380.173			
Em 31 de dezembro de 2020		3.059.681	2.380.173	5.439.854			
Incorporação ao Patrimônio Social		2.380.173	(2.380.173)				
Ajustes patrimoniais (nota 14)		(1.105.804)	-	(1.105.804)			
Déficit do exercício		-	(3.926.764)	(3.926.764)			
Em 31 de dezembro de 2021		4.334.050	(3.926.764)	407.286			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)				Fluxos de caixa de atividades operacionais			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM. b) Contrato de Gestão: Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/09/2022 conforme 8º Termo Aditivo. Em 2021, a UPA foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				Superávit do exercício / período (3.926.764) 2.380.173			
Âmbito				Depreciação/amortizações 12.339 9.451			
Federal				Superávit ajustado (3.914.425) 2.389.624			
Legislação				Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo (Aumento) / Redução dos créditos - circulante (340.754) 3.599.703			
Decreto				(Aumento) de estoques (68.915) (318.494)			
Federal nº 50.517/61				Aumento / (Redução) de fornecedores 1.056.607 (835.824)			
Lei Estadual				Aumento de obrigações trabalhistas 219.997 270.592			
nº 5.341/1969				Aumento de obrigações sociais 42.622 37.147			
Lei Municipal				(Redução) de obrigações tributárias (23.920) (120.903)			
nº 416				Aumento de outras obrigações 2.311.560 11.860			
18/08/1967				Ajustes patrimoniais (1.105.804) (154)			
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 25 de março de 2022. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o				Caixa líquido (utilizado) / proveniente das atividades operacionais (1.823.631) 5.033.551			
				Atividades de investimentos - (117.847)			
				Aquisição de imobilizado - (117.847)			
				Atividades de financiamento 2.161.161 (4.896.679)			
				Partes relacionadas 2.161.161 (4.896.679)			
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa 337.530 19.025			
				Variável em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício 226.768 207.743			
				Saldo existente no final do exercício 564.298 226.768			
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa 337.530 19.025			
				19 em sua nova variante Ômicron, evitando propagação do vírus entre empregados, usuários e no ambiente hospitalar. Buscar excelência e eficácia no atendimento aos pacientes. Dados levantados por sistema do Ministério da Saúde mostram que a unidade teve o maior número de altas entre as unidades públicas e privadas. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação da COVID 19 em sua nova variante Ômicron no País, considerando que apesar de ter sido eleito pela SES-AM, como referência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorecerá o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.			
				4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
				Descrição			
				2021			
				2020			
				Caixa 1.169 124			
				Banco conta movimento - -			
				Aplicações em CDB - custeio 563.129 226.644			
				564.298 226.768			
				As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predefinido, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. 5. Contas Receber: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria da Saúde do Estado do Amazonas, vigente até 30/09/2022 conforme 8º Termo Aditivo.			
				Descrição			
				2021			
				2020			
				Contrato 001/2019/SES-AM 1.916.008 1.591.349			
				1.916.008 1.591.349			

continua >

continuação 6. Estoques

Descrição	2021	2020
Drogas e medicamentos	204.964	205.236
Materiais de limpeza e higienização	30.702	26.322
Fios cirúrgicos	13.268	10.661
Materiais de uso do paciente	228.417	129.991
Materiais de laboratório	22.500	51.000
Demais materiais	68.686	76.411
Total	568.537	499.622

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.
7. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

Máquinas e Equip.	2021	2020
Saldo inicial em 1º/01/2020	5.180	5.180
Aquisição	117.847	117.847
Depreciação	(9.451)	(9.451)
Saldo em 31/12/2020	113.576	113.576
Saldo inicial em 1º/01/2021	113.576	113.576
Aquisição	-	-
Depreciação	(12.339)	(12.339)
Saldo em 31/12/2021	101.237	101.237

8. Fornecedores	2021	2020
Materiais e medicamentos	533.659	319.701
Serviços médicos	2.169.606	1.434.536
Serviços	406.779	409.726
Diversos	110.526	-
Total	3.220.570	2.163.963

9. Obrigações Trabalhistas	2021	2020
Obrigações com pessoal	386.767	342.724
Provisão de férias	626.210	463.845
Provisão FGTS s/férias	50.096	37.107
Total	1.063.073	843.676

10. Obrigações Sociais	2021	2020
INSS a recolher	47.708	37.966
FGTS a recolher	65.175	53.830
IRRF s/ folha a recolher	41.872	28.016
Contribuição Sindical a recolher	32	80
Assistência Médica	7.727	-
Total	162.514	119.892

12. Outras Contas a Pagar	2021	2020
Empréstimo Consignado	26.511	11.860
Empréstimos Materiais	-	-
SES-AM (i)	2.296.910	-
Total	2.323.421	11.860

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Es-

tado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2022.

13. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Trabalhista	110.000	25.000
Total	110.000	25.000

14. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. No ano de 2021, foram realizados processos de reconciliação e reclassificação de saldos patrimoniais e baixa de provisões de obrigações trabalhistas relativas ao exercício de 2020, além de consumo de estoque de oxigênio e baixa de inventários realizados no início de 2021 em detrimento à intensa utilização de materiais e equipamentos no ápice de operação contra COVID-19, totalizando R\$ 1.105.804.

15. Despesas Gerais e Administrativas	2021	2020
Energia elétrica	-	(203.244)
Água e esgoto	(3.560)	(17.540)
Manutenção e conservação	(27.173)	(55.666)
Viagens e hospedagens	-	(192)
Serviços de gestão	(147.000)	(493.326)
Outros	(386.298)	(145.551)
Total	(564.030)	(915.519)

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2021	2020
Cota patronal	1.510.217	1.025.350
Terceiros	437.963	297.352
RAT/SAT	151.022	102.535
Total INSS	2.099.201	1.425.237
COFINS	644.177	654.470
Total COFINS	644.177	654.470
Total	2.743.379	2.079.707

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do

estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	564.298	226.644
Contas a receber	1.916.008	1.591.349
Total ativos financeiros	2.480.306	1.817.993
Fornecedores	3.220.570	2.163.963
Total passivos financeiros	3.220.570	2.163.963

18. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional:** Principais riscos associados a COVID 19 em sua nova variante Ômicron nas operações da Entidade: Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID 19 em sua nova variante Ômicron, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) riscos de recebimentos ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID 19 em sua nova variante Ômicron, o que pode levar ao desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxo de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que a UPA não possui risco de continuidade operacional. **19. Eventos Subsequentes: a) Impactos da COVID-19 para 2022:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. Manaus/AM, 25 de março de 2022.

José Luiz Gasparini
 Diretor Executivo - CPF: 189.343.688-88
 Joseph Marcelo Feitosa Gomes
 Contador - CRC AM - 013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento - Campos Sales - Manaus - AM. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h - Campos Sales, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos

judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 24 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manu-

tenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de

continua

continuação acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incer-

teza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os

requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 25 de março de 2022.
Planners Auditores Independentes
CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2
CVM 11.398 - CNAI PJ 000219
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo 82967

ESTADO DO AMAZONAS
DIÁRIO OFICIAL
Número 34.295 - ANO
Manaus, quarta-feira, 22 de julho de 2020

PODER EXECUTIVO - Seção I

SECRETARIA DE ESTADO DE 22 DE JULHO DE 2020
ABRE ordem pública exclusivamente nos moldes do Organismo de Seguridade vigente da Administração.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 5.005 de 20 de dezembro de 2020:

SECRETARIA

Art. 1º Fica aberto, no Organismo de Seguridade vigente da Administração, o cargo de **SECRETÁRIO (QUINTOS M), REAG.**, para atender à vaga criada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os interessados em concorrer ao cargo deverão apresentar a documentação exigida no Edital de Abertura de Concurso de Seleção até o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado do Amazonas, em Manaus, 22 de julho de 2020.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

ALEX DEL GIULIO
Secretário de Estado de Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE ESTADO DE 22 DE JULHO DE 2020

SECRETARIA DE 22 DE JULHO DE 2020
ABRE ordem pública exclusivamente nos moldes do Organismo de Seguridade vigente da Administração.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 5.005 de 20 de dezembro de 2020:

SECRETARIA

Art. 1º Fica aberto, no Organismo de Seguridade vigente da Administração, o cargo de **SECRETÁRIO (QUINTOS M), REAG.**, para atender à vaga criada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os interessados em concorrer ao cargo deverão apresentar a documentação exigida no Edital de Abertura de Concurso de Seleção até o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado do Amazonas, em Manaus, 22 de julho de 2020.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

ALEX DEL GIULIO
Secretário de Estado de Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE ESTADO DE 22 DE JULHO DE 2020

Agora você pode consultar leis, decretos, editais e demais Atos Oficiais do Governo do Estado de maneira mais rápida e prática.